COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO N°, DE 2021

(Da Sra. TEREZA NELMA)

Requer a realização de audiência pública para debater "O aumento da AIDS entre as mulheres", no âmbito da Campanha "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", promovida pela Secretaria da Mulher.

Senhora Presidente:

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização Audiência Pública de forma híbrida para discutir o tema "O aumento da AIDS entre as mulheres", no âmbito da Campanha "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", promovida pela Secretaria da Mulher. Para participar do debate, convidamos as/os seguintes participantes:

- Senhora Lair Guerra de Macedo, idealizadora do Programa Nacional de Combate à AIDS;
- 2) Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ);
- 3) Representante do Ministério da Saúde;
- 4) Representante do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

JUSTIFICAÇÃO

Em 2020, o estudo "Nós temos o poder", do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), revelou que a epidemia de HIV em mulheres é acentuada pelas desigualdades sofridas por meninas e mulheres. Apesar do desenvolvimento de novas pesquisas e da ampliação do acesso ao tratamento, a Aids ainda é a causa principal da morte de mulheres entre 15 e 49 anos no mundo, de acordo com a UNAIDS. No Brasil, dados do Ministério da Saúde indicam que a maior





concentração dos casos da doença está entre os jovens de 25 a 39 anos, representando 52,4% dos casos do sexo masculino e 48,4% do sexo feminino, do total de casos registrados.

A pertinência desse debate no âmbito da Campanha dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher é reiterada, uma vez que o estudo da UNAIDS aponta a eliminação da violência contra a mulher como uma forma de combate à Aids. Em regiões com alta incidência do vírus da Aids, a violência de um parceiro íntimo tem levado a um aumento de até 50% no risco de mulheres contraírem o HIV.

A Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados participa desde 2013 da Campanha Mundial "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", que, no Brasil, acontece de 20 de novembro a 10 de dezembro e é chamada de 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, pois seu início ocorre no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, considerando a dupla vulnerabilidade da mulher negra.

A Campanha busca conscientizar a população sobre os diferentes tipos de agressão contra meninas e mulheres em todo o mundo. Trata-se de uma mobilização anual, empreendida por diversos atores da sociedade civil e do poder público. É realizada em escala mundial dia de 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, a 10 de dezembro, data em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e também tem o objetivo de propor medidas de prevenção e combate à violência, além de ampliar os espaços de debate com a sociedade.

A Campanha apresenta calendários adaptados à realidade de cada país, por isso, no Brasil, seu início é no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e passa pelo dia 6 de dezembro, Dia Nacional dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

A Campanha dos 16 dias de ativismo começou em 1991, quando mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (CWGL), iniciaram uma campanha com o objetivo de promover o debate e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres no mundo. No Brasil, a Campanha ocorre desde 2003. Cerca de 150 países já aderiram à Campanha.

A data é uma homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, conhecidas como "Las Mariposas" e assassinadas em 1960 por fazerem oposição ao governo do ditador Rafael Trujillo, que presidiu a República Dominicana de 1930 a 1961, quando foi deposto.

Tradicionalmente, além dos eventos organizados pela Secretaria da Mulher e pelos órgãos parceiros para integrar a Campanha, a Bancada Feminina leva ao





Colégio de Líderes uma lista de proposições prioritárias para votação em Plenário que visam à ampliação dos direitos das mulheres como mecanismo de combate à violência contra a mulher no país. As propostas apresentadas versam não só sobre projetos e iniciativas na área de segurança pública, mas também em proposições de âmbito social, político e econômico, como as que ampliam a presença feminina na política e as que propiciam maior autonomia financeira para as mulheres — ferramenta essencial para a quebra dos ciclos de violência doméstica.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 2021.

Deputada TEREZA NELMA PSDB/AL



